

# **A EXPRESSÃO JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE A QUE SE REFERE O ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

## Sumário

I. À guisa de intróito. II. Considerações preliminares. III. Tema objeto deste estudo.

### **I. À guisa de intróito.**

O Instituto dos Advogados de São Paulo, no ensejo da aposentação do ilustre Ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, entre outras considerações, usou das seguintes palavras, que ousou aqui reproduzi-las:

“Causou profundo sentimento de perda, não só aos membros do Superior Tribunal de Justiça, mas também a todos que militam na vida forense, a aposentadoria precoce do ilustre Ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, publicada em 1º de agosto último, pois era da expectativa de todos que Sua Excelência permanecesse na atividade judicante até o limite de idade previsto na Constituição da República.

Esse justo egoísmo prende-se às excelsas qualidades que ornamentam a rica personalidade humana do Ministro Eduardo Ribeiro, que, a um tempo, enfeixa enorme bagagem cultural, conduta pessoal e profissional moralmente irrepreensível e a prudência dos sábios. Em sua profícua vida judicante podem espelhar-se todos aqueles que almejam encontrar, numa só pessoa, as qualidades de um grande juiz.

Esse sentimento de perda apenas é neutralizado pelo respeito que merece sua deliberação plasmada na intenção de dedicar-se 'mais à família, aos estudos, escrever um livro -, coisas que a vida de magistrado não permite', segundo suas próprias palavras."<sup>1</sup>

A finalidade precípua da presente colaboração é a de cerrar fileira com a oportuna e justa iniciativa do Sindicato dos Procuradores do Distrito Federal, comparecendo com este estudo, a ser enfeixado no compêndio de trabalhos jurídicos intitulado "Estudos em Homenagem ao Ministro Eduardo Ribeiro de Oliveira". Procurei suprir as minhas invencíveis limitações com o ardente desejo de prestar este tributo, por entendê-lo da mais alta justiça.

## **II. Considerações preliminares.**

Contam que Napoleão, ao saber de estudos para interpretação de seu famosíssimo Código Civil, um dos maiores monumentos jurídicos de todos os tempos e que serviu de modelo e inspiração para, praticamente, todos os códigos civis do mundo ocidental, teria exclamado entre estupefato, aborrecido e indignado: "Acabaram com meu Código".

Desde que veio a lume o Código de Processo Civil, que se deu pela Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, até os dias de hoje, nada mais e nada menos do que 45 leis supervenientes, de uma ou de outra forma, alteraram explicitamente o texto do estatuto processual civil vigente, também conhecido como "Código Buzaid". O que diria, então, o Professor Alfredo Buzaid, se ressuscitasse? Aliás, não faltam aqueles que dizem que, seguramente, seus restos mortais estremeceram o túmulo onde jazem por dezenas de vezes. Não sou eu que vou dizer que isso é mentira.

---

<sup>1</sup> Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, Nova Série, ano 3, n. 06, julho-dezembro de 2000, p. 281.



Impende assinalar, gostem ou não os processualistas, que, do ponto de vista estritamente prático, a despeito do esforço e do brilho da notável comissão que se dedica ao mister, os resultados provocados por tanto esforço foram e são praticamente de pouca valia. Não discuto a qualidade doutrinária do texto processual, um dos melhores do mundo, mas penso que as modificações não alcançaram o êxito esperado.

Vou mais além: acredito piamente que, se estivesse em vigor o Código de 1939, com a recepção de algumas pequenas e verdadeiramente úteis alterações, tais como o julgamento no estado da lide, a possibilidade de conciliação etc., o quadro nessa hipótese não exteriorizaria situação pior do que a atual. Aliás, uma coisa é certa: contar-se-ia com uma jurisprudência bem consolidada e comentários do mais alto valor, como, por exemplo, os da coleção da Editora Forense, com autores de grande nomeada, entre os quais podem ser lembrados Pedro Batista Martins e Machado Guimarães, a par dos comentários de Pontes de Miranda, bem como a doutrina de José Frederico Marques, Moacyr Amaral Santos e Lopes da Costa, apenas para citar alguns.

Sem embargo disso, o Código de Processo Civil está aí e cumpre aos operadores do direito elaborar sugestões, ainda que modestas, para o seu aperfeiçoamento. Entre essas, aventurei-me a apresentar a que segue, haurida notadamente da experiência e vivência com o problema, ainda que como mero artesão do direito.

### **III. Tema objeto deste estudo.**

A redação atual do artigo 557 do Código de Processo Civil é a seguinte:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto

com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”.

Redação sugerida:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”.

Justificativa:

Não obstante a nova sistemática dos recursos no Processo Civil Brasileiro, introduzida pela Lei 9.756/98, permita ao relator decidir monocraticamente o recurso em que se discute matéria, cuja jurisprudência é reiterada, “será dever do relator abster-se de julgar de plano sempre que não veja uma situação manifesta, isto é, límpida e indiscutível.”<sup>2</sup>

A expressão “jurisprudência dominante do respectivo tribunal” somente pode servir de base para negar seguimento a recurso, portanto, quando o entendimento adotado estiver de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, sob pena de subtrair-se das partes o direito constitucional de acesso às vias recursais excepcionais (extraordinária e especial).

Nesse sentido já decidiu a egrégia 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp n. 193.189/CE, relatado pelo autor deste singelo artigo, DJU de 21.8.2000.

A propósito, convém colar o magistério de Luiz Rodrigues Wambier, que se reportou ao aresto acima mencionado, no sentido de que:

---

<sup>2</sup> Cândido Rangel Dinamarco, *in Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis de acordo com a Lei 9.756/98*, Coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier e Nelson Nery Jr., RT, 1ª edição, p. 132.



"Está absolutamente equivocada a posição que vem sendo adotada por setores minoritários da jurisprudência no sentido de se negar seguimento a recurso que confronte com a posição do Tribunal local ou, pior ainda, de órgão fracionário do tribunal local! Se prevalecer este entendimento, visível e evidentemente equivocado, haverá quebra da ordem constitucional, justamente em razão da usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça. Nem se diga que o texto da lei confere poderes aos Tribunais locais. Ao prever que possa o relator negar seguimento a recurso que confronte com a jurisprudência dominante do respectivo tribunal, a lei somente pode ter querido referir à hipótese de existir jurisprudência local que não colida com aquilo que também no Superior Tribunal de Justiça se tiver entendido como tal."<sup>3</sup>

É de se observar, outrossim, que o próprio § 1º, do artigo 557, do CPC, evidencia tal preocupação e dispõe que "se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso".

Quando a pretensão do autor, dessarte, encontrar amparo no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, não pode o relator negar seguimento ao recurso com base no artigo 557, do CPC, razão pela qual se impõe a modificação do artigo para o esclarecimento da questão.

Os doutos, contudo, por certo, examinarão a matéria em maior profundidade.

---

<sup>3</sup> "Uma Proposta em Torno do Conceito de Jurisprudência Dominante" in Revista de Processo, n. 100, Ed. RT, p. 84.

